

## Entre a história e a ficção: deslocamentos em *Um defeito de cor*

*Between history and fiction: displacements in Um defeito de cor*

Zidelmar Alves Santos\*

Inara de Oliveira Rodrigues\*\*

### Resumo

Neste trabalho, analisa-se o fenômeno do deslocamento no romance *Um defeito de cor* (2017), de Ana Maria Gonçalves. O romance, ao revisitar o passado a partir da trajetória da personagem Kehinde, denuncia as mazelas individuais e coletivas vividas pelos negros no Brasil. Concluiu-se que os deslocamentos compõem elemento importante de resistência e enfrentamento das desigualdades no Brasil escravista, bem como se afirma a pertinência dessa obra literária em meio ao atual cenário político-social brasileiro, pois a saga da protagonista representa, metaforicamente, a vida de muitas mulheres negras do nosso país, sendo os escravizados de antes os que hoje continuam exaustivamente lutando pelo pão de cada dia.

### Palavras-chave

Diáspora e resistência. Literatura afro-brasileira. História e ficção. Escrita afrodescendente.

### Abstract

In this work, the phenomenon of displacement is analyzed in the novel *Um defeito de cor* (2017), by Ana Maria Gonçalves. The novel, when revisiting the past from the trajectory of the character Kehinde, denounces the individual and collective misfortunes experienced by the blacks in Brazil. It was concluded that the displacements constitute an important element of resistance and confrontation of the inequalities in slave Brazil, as well as affirming the pertinence of this literary work in the midst of the current Brazilian political-social scenario, since the saga of the protagonist represents, metaphorically, the lives of many black women of our country, being the former enslaved those who today continue to struggle for their daily bread.

### Keywords

Diaspora and resistance. Afro-Brazilian literature. History and fiction. Afrodescendant writing.

---

\* Secretaria Municipal de Educação de Itabuna (BA).

\*\* Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

## Introdução

O romance histórico de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, publicado originalmente em 2006, tem entre suas principais marcas o diálogo entre a história e a ficção. Gonçalves, ao afirmar, no prólogo da obra, que *Um defeito de cor* se trata da transcrição de manuscritos de autoria da personagem, protagonista e narradora Kehinde, se esquivava de possíveis “erros” na pesquisa histórica para a composição do livro. Ela preencheria apenas “lacunas”, espaços que estariam “ilegíveis”, irrecuperáveis.

Entretanto, ao sentir algo (ou alguém) “soprando palavras no seu ouvido”, a autora deixa transparecer sua veia criativa, revelando que faz largo uso da imaginação para compor sua narrativa histórica. Apresentando o relato autobiográfico de uma personagem que vivenciou quase todo o século XIX, Gonçalves permite conjecturas acerca dos motivos pelos quais indica uma lista com obras essencialmente historiográficas ao final do livro. Afinal, em que medida a ficção encontrará a história? Os acontecimentos narrados podem ser confirmados na bibliografia indicada? Evidentemente, essas obras não são citadas ao acaso, levando o leitor a compreender o grande respeito da autora pela historiografia, ainda que a representação dos acontecimentos históricos narrados tenha surgido pela ótica ficcional<sup>1</sup>.

Esses e outros questionamentos também emergem ao considerarmos *Um defeito de cor* enquanto romance histórico que narra acontecimentos importantes da história brasileira a partir da perspectiva de uma mulher negra que fora escravizada e buscou sua liberdade ganhando a vida nas ruas de Salvador. A representação da realidade, dessa forma, é feita a partir das subjetividades dessa mulher em meio a um cenário marcado pela diversidade étnica e cultural advinda dos processos afrodiaspóricos. Isso é mais um indício do compromisso da autora em demonstrar, pela escrita ficcional, os acontecimentos históricos a partir de outro ponto de vista: o das pessoas que não foram representadas nos manuais de história e literatura. Dessa

---

<sup>1</sup> Dentre os principais acontecimentos históricos abordados no romance *Um defeito de cor*, destacam-se a revolta dos escravos malês, ocorrida em 1835, em Salvador, bem como a diáspora de diversas populações africanas, com deslocamentos em direção a América ou fazendo a viagem de retorno ao continente africano. Destacam-se entre as principais referências acerca desses acontecimentos os trabalhos clássicos de João José Reis (2003), “Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835”, e Pierre Verger (2002), “Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX”, incluídas junto a outras obras na bibliografia indicada pela autora após o fim da narrativa.

maneira, o romance em questão, bem como a personagem Kehinde, deslocam-se entre a história e a ficção.

### **Um defeito de cor: entre a história e a ficção**

Segundo Fernando Aínsa (1994, p. 29), ao reler criticamente a história, “la literatura es capaz de plantear con franqueza y sentido crítico lo que no quiere o no puede hacer la historia que se pretende científica”<sup>2</sup>. Dessa forma, o romance histórico dá voz “a lo que la historia ha negado, silenciado o perseguido”<sup>3</sup> (AÍNSA, 1994, p. 29).

O romance de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, traz à tona, dessa maneira, uma versão alternativa de acontecimentos narrados pela historiografia. Rodrigo Lopes e Gilmei Fleck (2017, p. 93), ao discutirem o conceito de romance histórico, salientam:

o que o define é seu intuito de reconstruir épocas, espaços, personagens e acontecimentos passados, cuja realidade empírica possa ser comprovada por meio de documentos oficiais de uma dada comunidade. Tal narrativa acaba funcionando como uma versão alternativa do fato ocorrido no passado, construída sob outra perspectiva.

Os autores enfatizam o caráter híbrido do romance histórico, considerando que mistura história e ficção, e ressaltam que nesse tipo de narrativa “são as personagens históricas já imortalizadas pelo discurso oficial, juntamente ao contexto histórico no qual existiram, que fornecem a atmosfera, o espaço, o tempo e muitos dos argumentos para que o romance seja construído”<sup>4</sup> (LOPES; FLECK, 2017, p. 93).

O romance histórico:

vale-se de acontecimentos anteriormente registrados pela historiografia, do seu conteúdo para criar a diegese da obra, ou seja, a ficção opera uma releitura do passado, apresentando uma intriga fictícia, mas que se torna verossímil pelo seu enquadramento na história. Nessa versão se descrevem acontecimentos que poderiam ter acontecido da forma como a arte literária os revela, mostrando causas e consequências da ação passada, renarrativizada pela voz enunciativa do discurso romanesco (LOPES; FLECK, 2017, p. 94).

---

<sup>2</sup> “[...] a literatura é capaz de projetar com franqueza e sentido crítico o que não quer ou não pode fazer a história que se pretende científica”. Tradução nossa.

<sup>3</sup> “[...] a quem a história tem negado, silenciado ou perseguido”. Tradução nossa.

<sup>4</sup> Cabem ressalvas, contudo, às palavras de Lopes e Fleck, principalmente se for considerada a perspectiva eurocêntrica, masculina e branca que prevaleceu na produção historiográfica. As questões socioeconômicas, étnicas e de gênero também estão relacionadas aos distanciamentos entre o “discurso oficial” e as minorias, o que incidiu, por exemplo, no tratamento desigual dado a acontecimentos importantes da história e cultura afro-brasileira ao longo dos tempos.

Em *Um defeito de cor*, os acontecimentos históricos são narrados na perspectiva de uma personagem que está no imaginário e memória que cercam as revoltas negras da Bahia oitocentista. Ao discorrer sobre a trajetória de Luiza Mahin, ficcionalizada na pele de Kehinde/Luiza Gama, a narrativa desloca-se, dessa forma, entre a história e a ficção.

As representações dos acontecimentos históricos contextualizam e relacionam o tempo do romance ao tempo histórico. No trecho abaixo, por exemplo, Kehinde conta o que ouviu da conversa entre José Carlos e alguns amigos que o visitara na fazenda:

Falavam de política, um assunto que eu já tinha ouvido comentarem na senzala grande, sobre o Brasil se tornar independente de Portugal e os escravos se tornarem independentes dos seus donos. Claro que não falavam dessa segunda parte, isso era de interesse nosso, assunto de senzala, pois achávamos que se o Brasil se libertasse de Portugal, do qual era quase escravo, nós também poderíamos pedir a nossa liberdade, ou pelo menos seria um passo nesse sentido (GONÇALVES, 2017, p. 156).

Percebe-se, no trecho, a citação ao movimento de independência do Brasil. É interessante a reflexão da escravizada acerca desse acontecimento, pois ela compara a situação do cativo com a relação de subordinação existente entre colônia e metrópole. Isso demonstra que os negros não estavam alheios às mudanças políticas que logo aconteceriam.

Com a independência confirmada, havia medo da reação dos escravos, motivo pelo qual foi comemorada pela família patriarcal sem alarde na casa-grande, pois, na senzala, os negros “não entendendo direito o acontecimento e atendo-se à palavra ‘liberdade’, queriam saber como é que ia ficar a situação deles” (GONÇALVES, 2017, p. 164). Restava ao senhor escravocrata mandar o capataz explicar a sua escravaria “que nada tinha mudado para os escravos, que os pretos não eram um país, que não pertenciam de fato a nenhum país e, quando muito, alguns poucos poderiam ser considerados gente, quanto mais falar em liberdade” (GONÇALVES, 2017, p. 164). A euforia da senzala foi contida.

É com a problematização do passado, como indica a passagem acima, que acontecem os deslocamentos entre a história e a ficção. A obra de Gonçalves permite ao leitor o questionamento da história dita oficial, o que aproxima a narrativa do gênero de romance meta-ficcional. Segundo Jacomel e Silva (2009, p. 740), “o que diferencia

a meta-ficção historiográfica de um romance histórico é a autorreflexão causada pelo questionamento das ‘verdades históricas’”.

De acordo com Jacomel e Silva (2009, p. 740):

O resgate de um acontecimento feito através da obra de arte sempre gera polêmica, pois nessa ‘visita’ ao passado podem-se descobrir ‘verdades’ até então não reveladas, devido às relações de interesse e poder de ‘grupos’ conservadores.

Sandra Pesavento (2003, p. 37), ao discutir as aproximações e os distanciamentos entre a história e a literatura, expõe que ambos “obtem o mesmo efeito: a verossimilhança, com a diferença de que o historiador tem uma pretensão de veracidade”. O ficcionalista, ao representar o mundo sem a obrigatoriedade do compromisso com a verdade, acaba tendo uma liberdade não disponível ao historiador, podendo usar de forma ilimitada sua imaginação.

Essa postura, contudo, não significa um descompromisso com a realidade, principalmente tratando-se da escrita do romance histórico, como no caso da obra de Ana Maria Gonçalves. O texto literário, dessa maneira, adquire vida própria. Pesavento (2003, p. 38) ressalta que “no mundo do leitor, este texto adquire novos sentidos, imprevistos na sua feitura, para além da própria linguagem metafórica da literatura que aponta para dizer outras coisas para além do que é dito”.

A obra de Gonçalves representa e problematiza os inúmeros percalços enfrentados pela população negra no Brasil oitocentista e na diáspora atlântica, proporcionando ao leitor, principalmente o afrodescendente, uma reflexão acerca das mazelas da sociedade em que vive. A filósofa Angela Davis (2005, p. 13, tradução nossa) ao discorrer sobre a necessidade de se estudar as experiências de mulheres negras sob o regime escravocrata ressalta que:

El día en que alguien exponga la realidad de las experiencias de las mujeres negras bajo la esclavitud mediante un análisis histórico riguroso, ella (o él) habrá prestado una ayuda inestimable. La necesidad de emprender un estudio de estas características no sólo se justifica en aras de la precisión histórica, sino que las lecciones que se pueden extraer del periodo de la esclavitud arrojarán luz sobre la batalla actual de las mujeres negras, y de todas las mujeres, por alcanzar la emancipación.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O dia em que alguém expor a realidade das experiências das mulheres negras sob a escravidão através de uma análise histórica rigorosa, ela (ou ele) terá emprestado ajuda inestimável. A necessidade de realizar um estudo dessas características não se justifica apenas por uma questão de precisão histórica, mas as lições que podem ser extrair do período da escravidão lançará luz sobre a atual batalha das mulheres negra, e de todas as mulheres, para conseguir a emancipação.

*Um defeito de cor*, embora seja um romance histórico e não um texto historiográfico, cumpre com maestria esse alerta. A pesquisadora Daiana Santos (2015, p. 172), inclusive, afirma seu forte caráter metafórico em relação ao Brasil contemporâneo, pois a referida obra literária instiga o leitor a repensar o imaginário da identidade brasileira. Esse é mais um indício de que a ficção vai ao encontro da história.

A temática da escravidão e a representação dos acontecimentos históricos dão o tom da atmosfera social, em que diversos personagens reais, como Manoel Calafate, que participou da Revolta dos Malês, Francisco Sabino, um dos líderes da Sabinada e Francisco Félix de Souza, traficante de escravos que conseguiu ascender ao posto de chachá (vice rei) de Uidá, são representados na narrativa.

A interação entre essas e outras personagens reais e as fictícias contextualiza e ratifica o caráter histórico do romance em questão. Segundo Cosson e Schwantes (2005, p. 31-32):

o que enseja o uso do adjetivo histórico em um romance é a presença da história como parte constitutiva da obra, isto é, a certeza de que sem a presença daqueles personagens que são pessoas e sem os episódios conhecidos como históricos o romance seria outro.

Esses pesquisadores destacam a existência de três modalidades do romance histórico: o primeiro é o modelo “tradicional”, que “faz da história um cenário para o exercício da ficção”. Nessa categoria a relação de complementaridade entre história e romance torna-se característica fundamental, já que o historiador ficaria incumbido da vida política enquanto o romancista ficaria responsável pela representação da vida privada (COSSON; SCHWANTES, 2005, p. 31-32).

Já o romance histórico do tipo “revisionista”, é aquele “que reescreve a história através da ficção” (COSSON; SCHWANTES, 2005, p. 32). Nessa modalidade, o texto possui um caráter político bem definido, onde “as personagens que são pessoas saem do papel de meros acessórios históricos para ocupar, lado a lado com as personagens inventadas, o centro da narrativa” (COSSON; SCHWANTES, 2005, p. 34).

Por fim, a modalidade denominada “metaficção historiográfica”, que “recusa os pactos de vizinhança” existentes entre os discursos ficcionais e historiográficos, desvelando, assim, o caráter narrativo da história (COSSON; SCHWANTES, 2005, p. 35). Essa modalidade de romance histórico faz largo uso da reflexividade, o que, para os autores, permite “o cruzamento dos gêneros e o rompimento de fronteiras”

(COSSON; SCHWANTES, 2005, p. 35). Outra característica da metaficção historiográfica reside em colocar “em primeiro plano a autoconsciência de que a história e a literatura são construções discursivas, motivo pelo qual é possível reescrever o passado como ficção e a ficção como passado” (COSSON; SCHWANTES, 2005, p. 35).

A obra de Ana Maria Gonçalves flerta com essas três modalidades. Entretanto, Cosson e Schwantes (2005, p. 34) apontam a existência de uma variante do romance histórico que se alterna entre o modelo revisionista e o tradicional. Essa variação:

é aquela que olha a história da perspectiva daqueles que usualmente não frequentam os manuais de história, ou, se o fazem, servem apenas para denominar o coletivo. Trata-se de tomar o anônimo ou o povo personificado como agentes da história, fazendo com que os episódios sejam relatados a partir desse olhar que não determina o rumo dos acontecimentos por não ter poder, mas os vivencia e pode dar a eles um sentido outro, diverso daquele que se encontra escrito e inscrito no registro oficial.

Considerando o lugar ocupado por *Um defeito de cor* dentro da literatura afro-brasileira; e que esse romance faz uma importante revisão crítica acerca do escravismo no Brasil, dando voz e espaço a minorias que foram excluídas pelas instâncias canônicas ao longo dos tempos, essa variação parece ser a que melhor abriga o texto de Ana Maria Gonçalves. Desse modo, ao revisitar o passado brasileiro por meio do romance histórico, Gonçalves lança um olhar para uma sociedade racista, cujo diferencial em relação a outras abordagens ficcionais é a perspectiva adotada pela escritora: a visão da mulher negra. Esse testemunho possibilita a reescrita da história em um cenário literário que majoritariamente representou a mulher e o homem negros como objeto.

Considerando que *Um defeito de cor* é um romance histórico e que representa um ambiente social que contempla a temática da escravidão e a intensa mobilidade de uma mulher negra, Kehinde, na diáspora africana, fica nítida a importância do deslocamento para a narrativa em questão. Dessa maneira, a análise dos deslocamentos dessa personagem, como também dos que ocorrem na relação entre a história e a ficção, torna-se fundamental para a compreensão da revisão crítica, proposta pela obra, acerca da representação do negro na história brasileira.



## Os deslocamentos de Kehinde

A trajetória da personagem Kehinde é composta por deslocamentos diversos, seja no continente africano, bem como após sua chegada ao Brasil. Dentre os motivos que impulsionam seus deslocamentos, destaca-se, principalmente, a busca por um filho perdido, Omotunde.

Os deslocamentos de Kehinde têm início após uma tragédia familiar. Em Savalu, antigo Reino do Daomé, quando guerreiros do rei Adandozan identificaram símbolos de um culto rival entre os pertences de sua avó, a sacerdotisa Dúrójaiyé, que fora acusada de feitiçaria. Os guerreiros cometem atrocidades: matam seu irmão Kokumo com um golpe de lança, estupram Dúróorîke, sua mãe, que também não resiste às agressões, e violentam a pequena Kehinde e sua irmã gêmea Taiwo. Tudo isso, obrigando a sacerdotisa a ver tais atos.

Pessoas que passavam por perto viram a triste cena, mas não interferiram. Essa tragédia motivou a mudança das sobreviventes para a cidade litorânea de Uidá, Reino do Daomé, atual Benin, o que selaria o destino daquela família. As irmãs foram capturadas e, assim como sua avó, levadas como escravas em um navio negreiro. Contudo, apenas Kehinde conseguiu sobreviver e completar a travessia do Atlântico, pois sua avó e irmã sucumbiram diante da dura jornada marcada por sede, fome e as precárias condições de salubridade no navio negreiro.

Entre deslocamentos forçados ou voluntários, primeiro como mulher livre, depois na condição de escravizada e, posteriormente, como liberta, a protagonista de *Um defeito de cor* locomoveu-se por diversos lugares, tanto africanos quanto brasileiros, como ela mesma rememora ao se aproximar do final de sua narrativa de vida:

Savalu, Uidá, Ilha dos Frades, São Salvador, Itaparica, São Luís, Cachoeira, São Sebastião, Santos, São Paulo, Campinas, Uidá, Lagos. Era lá, em África, que eu deveria morrer, onde tinha nascido. Mas aqui estou, indo morrer no Brasil [...] (GONÇALVES, 2017, p. 917).

Os deslocamentos territoriais dessa personagem despertam a atenção, principalmente, por conta da difícil realidade social imposta aos escravizados, libertos e negros livres no Brasil oitocentista. Para a maioria desses indivíduos, sobreviver na cidade grande exigia a elaboração de estratégias que diminuísse a rejeição do chamado “defeito de cor”, principalmente quando não se tinha o auxílio de pessoas influentes, detentoras de algum prestígio social, que as ajudassem a contornar, com



maior facilidade, as regras sociais vigentes. Em determinado momento, Kehinde reflete sobre a criação de seu primeiro filho, Banjokô, por sinhá Ana Felipa, quando esta estava considerando se mudar para o Rio de Janeiro. Banjokô teria uma vida confortável, com uma boa casa, brinquedos, comida e estudo. Mas:

eu era a mãe dele, não ela. Ela sempre seria a dona, impondo sua vontade, fazendo dele o que bem quisesse e não o que ele pudesse vir a querer de fato. Eu não me espantaria se, na corte, ela o mandasse estudar para ser padre, apoiada pelo padre Notório, achando que o Banjokô deveria ficar agradecido por seguir tão nobre carreira. Com a influência do padre Notório, ela logo conseguiria para ele uma dispensa do defeito de cor, que não permitia que os pretos, pardos e mulatos exercessem qualquer cargo importante na religião, no governo ou na política (GONÇALVES, 2017, p. 337).

A trajetória de Kehinde, bem como a de diversas populações africanas espalhadas mundo afora pelas engrenagens do sistema escravista, foi construída e marcada pela resistência diante das adversidades e pela negociação dos problemas impostos pelas diversas realidades e paisagens sociais em que viveu/interagiu. Poucos conseguiam ser “adotados” por seus senhores, como Banjokô, o que revela o fato de que muito menos pessoas conseguiram diminuir ou esquivar-se dos efeitos do preconceito causados pelo “defeito de cor”.

Considerando o pensamento de Alexandre Oliveira (2011), a partir desses deslocamentos pode se reconhecer um mapa das experiências, tanto individuais quanto coletivas, de Kehinde e das pessoas que se relacionaram com ela. No que diz respeito aos mapas, Oliveira (2011, p. 21) salienta que não os pensa apenas como:

a representação gráfica de uma área territorial. O mapa que aqui interessa é o demarcado pela pessoa em suas experiências diárias, de travessia dos lugares, de recriação dos caminhos, abrindo possibilidades para novas narrativas do corpo em movimento, em deslocamento, abrindo espaço para a inscrição de novas paisagens que surgem às sensações.

Em cada paisagem visitada, situações específicas foram representadas. Pode-se identificar, por exemplo, locais marcados pela religiosidade, visto que este foi um dos estopins que desencadearam deslocamentos. Kehinde se deslocou de Salvador para São Luís, por exemplo, para se encontrar com Agontimé, viúva do rei Agongolo do Daomé, que havia fundado uma casa de culto aos deuses daometanos no Maranhão. Lá, iniciou seu treinamento como vodunsi. Sabe-se que membros da família real daometana, dentre eles Na Agontimé, foram vendidos como escravos pelo rei Adandozan, sucessor de Agongolo. Pierre Verger (1990, p. 153) aponta que “a

hipótese de que Na Agontimé teria trazido o culto dos *voduns* reais de Daomé a São Luís, foi reconhecida como verossímil”.

Para a cidade de Cachoeira, no recôncavo baiano, Kehinde deslocou-se também impelida pela sua ligação com o culto aos voduns, dando continuidade ao seu aprendizado. De igual modo, dirigiu-se novamente para a Ilha de Itaparica, onde teve contato com cultos Gelédés. Nesses casos, a necessidade de sair de Salvador, por conta de sua participação em revoltas naquela cidade, impulsionou seu aprendizado sobre os cultos aos voduns e orixás.

O contexto social conturbado em decorrência das revoltas impunha enormes dificuldades para a sobrevivência dos negros em Salvador e do Recôncavo. *Um defeito de cor* denuncia o clima de insegurança que interferia na vida de todos os segmentos não brancos da população. Nesse cenário, os escravizados que trabalhavam nas ruas, os libertos e negros nascidos livres lutavam para sobreviver com poucas possibilidades de ascensão social. Não possuíam o domínio do próprio corpo durante o dia, pois eram obrigados a trabalhar, nem durante sua folga pela noite, já que corriam o risco de serem presos pela polícia.

Ainda que a discriminação e o preconceito dos brancos para com os negros desse o tom da atmosfera social, Kehinde conseguiu transitar entre vários segmentos da sociedade baiana, tendo trabalhado na cidade como escrava doméstica, de aluguel e de ganho antes de conquistar sua alforria. As mulheres que, como Kehinde, trabalhavam na rua:

dispunham de maior liberdade para participar de batuques, sambas e lavagens, para cumprir suas obrigações religiosas e celebrar com os voduns e orixás nas cercanias da cidade. Isso, por sua vez, rendia para elas a má fama de mulheres promíscuas, desordeiras e selvagens (SANTOS, 2009, p. 57).

Essa maior autonomia pode ser percebida pelas articulações e contatos estabelecidos por Kehinde. A personagem Nega Florinda, por exemplo, é quem lhe apresenta a Agontime em uma de suas passagens por Salvador (GONÇALVES, 2017, p. 130). É por meio da mesma Florinda que, posteriormente, conhece Adeola, quituteira que lhe entrega um mapa para encontrar o terreiro do Baba Ogumfiditimi, com o objetivo de fazer a importante cerimônia de escolha do nome para seu filho, Banjokô, antes do “batismo de branco” que sua sinhá faria para apresentá-lo aos santos católicos (GONÇALVES, 2017, p. 201).

Esses encontros foram importantes porque permitiram a Kehinde deslocar-se diversas vezes em Salvador. Do solar de propriedade de sua sinhá Ana Felipa, localizado no Corredor da Vitória, ia até o terreiro do Baba Ogumfidity, que ficava na freguesia do Rio Vermelho. Na casa do padre Heinz, próximo a Santo Antônio Além do Carmo, Kehinde fabricava produtos típicos da culinária inglesa para ganhar as ruas, vendendo-os. Após ser liberta, investiu no comércio, abrindo uma padaria, e também no ramo da fabricação de charutos, relacionando-se com homens e mulheres brancas, negros que cultuavam voduns e orixás, e com aqueles que eram islamizados, como a família do alufá Ali.

Essa mobilidade demonstra a inadequação de Kehinde à realidade social imposta, indicando que estar sempre em trânsito era uma forma de resistência. Corroborando com essa posição o fato de a protagonista aproveitar as oportunidades que apareciam para transformar a sua condição, como pode-se perceber pelo seu interesse pela leitura e escrita:

começaram as aulas para a sinhazinha Maria Clara aprender pelo menos as letras e os números, nos livros e cadernos que foram buscados às pressas na capital. Compraram também tinta, pena e outros apetrechos para a sinhazinha, e um quadro-negro onde o Fatumbi ia escrevendo o que ela precisava copiar. [...] tratei de aproveitar muito bem a oportunidade [...]. Enquanto a sinhazinha Maria Clara copiava as letras e os números que o Fatumbi desenhava no quadro-negro, eu fazia a mesma coisa com o dedo, usando o chão como caderno (GONÇALVES, 2017, p. 92).

Aprender a ler, contar e escrever foi fundamental em sua trajetória, pois permitiu que ela adentrasse no ramo do comércio, abrindo portas quando a situação ficou desesperadora. Segundo Bergamini (2017, p. 119), “é um lugar comum sobre o século XIX brasileiro afirmar-se que somente as elites liam, ainda que pouco e mal. O povo, os trabalhadores, os pobres, os escravos não liam, não escreviam, não pensavam”. As atitudes de Kehinde indicam que ela vai na contramão desse pensamento, pois seus modos de agir e pensar demonstram a resistência de uma população que lutava constantemente contra as forças hegemônicas da sociedade escravista.

A capacidade de aprender rapidamente o que observava em silêncio e sua dedicação chamaram a atenção de Fatumbi, escravo islamizado que passou a ser uma espécie de mentor para Kehinde durante sua estada em Salvador, até a eclosão da insurreição dos escravos em 1835. Sua força de vontade era notável, pois, na cidade grande, o negro que não se adaptasse, dificilmente conseguiria sobreviver às

regras e imposições da sociedade racista. A vontade de aprender coisas novas manifestou-se outras vezes enquanto foi escrava nessa cidade, como quando foi alugada pela sinhá Ana Felipa para uma família inglesa, “aprendendo a fazer alguns pratos diferentes, como diversos tipos de *puddings* e *cookies*.” (GONÇALVES, 2017, p. 219).

Nas ruas da capital baiana, Kehinde passou a vender um produto que poucas pessoas sabiam fazer. A venda dos *cookies*, biscoitos típicos da culinária inglesa, além de garantir sua sobrevivência, permitiu que transitasse entre pessoas de diversas classes sociais.

Experiências, como a vivida na casa dos ingleses, no contato com negros e libertos muçulmanos, bem como em outras cidades, como o Rio de Janeiro, colocaram Kehinde diante de culturas e etnias distintas, o que colaborou no seu aprendizado acerca dos negócios. Isso indica que os negros que conseguiam reduzir as amarras sociais ou interagir com os diversos grupos étnicos que uma cidade diaspórica, como a Salvador oitocentista, podia oferecer, tinham mais possibilidades de tomar iniciativa e obter sucesso na realidade multifacetada da escravidão brasileira.

O casamento com um homem branco também pode ser considerado um dos pontos centrais na trajetória de Kehinde. Seus relacionamentos anteriores não haviam dado certo. Seu primeiro filho foi gerado por meio de um estupro praticado pelo seu antigo senhor, José Carlos, ainda na fazenda em Itaparica. Lourenço, seu companheiro nessa época, além de estuprado, foi castrado pelo seu dono, conforme trecho abaixo:

Foi então que tirou o membro ainda duro de dentro de mim, mesmo já tendo acabado, chegou perto do Lourenço e foi virando o corpo dele até que ficasse de costas, em uma posição bastante incômoda por causa do colar de ferro. Passou cuspe no membro e possuiu o Lourenço também, sem que ele conseguisse esboçar qualquer reação ou mesmo gritar de dor, pois tinha a garganta apertada pelo colar. [...] O monstro se acabou novamente dentro do Lourenço, uivando e dizendo que aquilo era para terminar com a macheza dele, e que o remédio para a rebeldia ainda seria dado [...] pediu que dois homens do [capataz] Cipriano o segurassem e cortou fora o membro dele (GONÇALVES, 2017, p. 172).

Essa representação do estupro escancara o teor violento por trás da mestiçagem na história brasileira e o texto de Gonçalves demonstra que esse processo foi mais complexo e cruel de que se imagina.

Com Francisco, já na cidade, Kehinde não consolidou um relacionamento, ainda que gostasse muito dele. Sua sinhá, Ana Felipa, também disputava sua

atenção. É com Alberto, português que possuía uma loja de ferragens em Salvador, que Kehinde vai construir uma convivência mais duradoura.

Alberto, com o passar do tempo, entretanto, sucumbe às pressões sociais e políticas, e separa-se de Kehinde para casar com uma brasileira branca, sacrificando a felicidade de ambos para não ser deportado para Portugal.

Segundo Lopes (2008, p. 40), nos anos que se seguiram à Independência do Brasil, cresceu um forte sentimento de lusofobia na população de Salvador. No ano de 1831, inclusive, foi enviado ao presidente da província um abaixo-assinado reivindicando, dentre outras coisas, a “deportação de todos os portugueses que não tiverem famílias, nem capitais [...] para a tranquilidade, e segurança da província” (SILVA, 2012, p. 278).

O personagem Alberto, dessa maneira, torna-se refém dos conflitos e tensões sociais envolvendo brasileiros e portugueses logo após a Independência do Brasil. Essa rivalidade tomou proporções absurdas na Bahia, província envolvida em diversas lutas e revoltas na primeira metade do século XIX, como a Revolta dos Malês e a Sabinada.

Entregue ao vício do jogo e da bebida, Alberto vende Omotunde na condição de escravo para saldar uma dívida. Nascido livre, o jovem é entregue a esse destino cruel. A turbulência política e social e o envolvimento de Kehinde nas revoltas acontecidas em Salvador fizeram-na afastar-se da cidade e, conseqüentemente, de seu filho, o que, de certa forma, acaba permitindo essa tragédia familiar. Esses acontecimentos também são demonstrativos das perversidades, deformações e complexidade da escravidão no Brasil, o que evidencia a forte relação entre a história e a literatura e permite ao leitor refletir sobre a história do país.

A partir daí, a busca por Omotunde torna-se o foco dos deslocamentos de Kehinde, já que ela embarca para o Rio de Janeiro seguindo os rastros deixados quando da venda de seu filho. Naquela cidade, Kehinde entrou em contato com outra realidade social, na qual a origem dos pretos diferia dos que desembarcavam em Salvador. Para a Bahia, os traficantes levavam principalmente negros das etnias fon, eve e iorubá, embarcados na Costa da Mina. Para o Rio de Janeiro, a prioridade era “os angolas, os moçambiques, os monjolos, benguelas e mais alguns” (GONÇALVES, 2017, p. 648).

Os escravos e libertos provindos da Bahia não eram bem vistos pela fama adquirida nas revoltas ocorridas naquela região. Kehinde, por exemplo, esteve, de

alguma forma, envolvida em várias, como a dos Malês, a Cemiterada e a Sabinada, ainda que de forma involuntária.

Sobre a Revolta dos Malês, por exemplo, sabe-se, por meio da historiografia, que Manoel Calafate, Aprígio, mestre Dandara, Belchior, dentre outros personagens históricos citados na narrativa composta por Gonçalves, atuaram naquela insurreição (REIS, 1986), mas não há nenhuma documentação primária comprobatória da participação de Luiza Mahin, tampouco em outros levantes.

A fonte mais próxima, disponível ao pesquisador, que relaciona Mahin a esses acontecimentos é a carta enviada por Luiz Gama ao jornalista Lúcio de Mendonça. No documento, o poeta e advogado abolicionista rememora sua origem, contando dados de sua infância em Salvador, além de descrever as características de sua mãe, como se observa no seguinte trecho da carta:

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio - era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito (GAMA apud FERREIRA, 2008, p. 304-305).

Esse documento, contudo, não comprova a participação de Luiza Mahin na revolta escrava ocorrida em Salvador no ano de 1835. O historiador João José Reis (2003, p. 301), após analisar vasta documentação primária sobre a insurreição malê, afirma que “nenhuma Luiza, aliás, foi incluída em quaisquer das listas de presos por envolvimento no levante”. Pare esse pesquisador,

O personagem Luiza Mahin resulta, então, de um misto de realidade possível, ficção abusiva e mito libertário. A rigor, o que dela se conhece tem pouca fundamentação histórica. O que mais se aproxima da história é o pouco que sobre ela escreveu o filho Luiz Gama. Do que este revelou, o envolvimento da mãe em 1835 é até possível, embora os documentos sobre a revolta não o confirmem e indiquem como altamente improvável seu papel de liderança (REIS, 2003, p. 303).

De acordo com Ferreira (2008, p. 305-306), a carta de Luiz Gama apresenta uma riqueza de detalhes que

concorre para a criação de ‘efeitos de real’ raramente questionados e, na prática, ainda hoje difíceis de averiguar. Gama construiu uma aura mítica em torno de sua mãe, personagem que ganharia uma espécie de destino próprio, ficcional ou não.

Esse destino, compreendido como uma incógnita tanto na carta de Luiz Gama quanto na produção historiográfica, é que toma forma na narrativa de Ana Maria Gonçalves, pois a romancista abraça o relato autobiográfico do poeta, preenchendo as lacunas existentes. Se a carta enviada a Lúcio de Mendonça colaborou para a construção da figura mítica de Luíza Mahin enquanto mulher guerreira e destemida, que teve importante papel no levante dos escravos malês, ainda que “o escritor baiano jamais o tenha afirmado em sua carta” (FERREIRA, 2008, p. 306), *Um defeito de cor* acaba ressignificando essa personagem na medida em que contribui para a sua humanização.

Ao humanizar a trajetória de sua contraparte ficcional, Kehinde/Luiza Gama, Ana Maria Gonçalves dá esse passo para a afirmação de uma historicidade negada pela falta de documentação sobre Mahin. Prova disso é que, em *Um defeito de cor*, a participação ativa de uma mulher negra em um movimento majoritariamente masculino, como a Revolta dos Malês, pode ser representativo de que ela possuía alguma liderança, ainda que Kehinde não estivesse entre os mentores do levante. Essa postura acaba, de certa forma, confrontando e relativizando a historiografia consagrada sobre o tema, deslocando a referida Mahin para o espaço da história enquanto possibilidade.

No texto ficcional, Kehinde estava dentro do grupo de revoltosos durante a rebelião dos malês nas ruas de Salvador. Esses, em menor número e com menos armas, acabam tombando aos poucos, perante a repressão policial. Com a morte de Fatumbi, Kehinde perde uma referência de amigo e conselheiro. Além do mais, estava decepcionada com o fracasso da rebelião escrava, algo que também ilustra o processo de humanização da personagem, pois ela questiona a rapidez com que a revolta aconteceu, apesar de anos de planejamento das ações do movimento:

Então tinha sido só aquilo? Tantos anos de trabalho e espera para acabar naquilo? Foi muito triste aceitar que sim. Nada parecia real, e quando acordei algumas horas depois, ainda antes de abrir os olhos, torci para que fosse um pesadelo (GONÇALVES, 2017, p. 530-531).

Com os líderes presos ou mortos, inicia-se um período de forte repressão contra os escravos muçulmanos e os suspeitos de participarem de agitações. A prática do islamismo pela população negra de Salvador acaba entrando em declínio após 1835, principalmente porque a importação de escravizados muçulmanos



diminuiu em consequência dos desdobramentos das guerras em território iorubá (REIS, 2003).

Essa atmosfera de tensão, em que o recomendado, principalmente para a comunidade negra, era permanecer em suas casas ou em reclusão para evitar a repressão policial, promove o deslocamento de Kehinde de Salvador para Itaparica. Isso porque Kehinde poderia ser deportada para a África por conta de seu envolvimento com essas revoltas. Também sentiu-se culpada pelos tristes acontecimentos referentes ao desaparecimento de seu filho.

Itaparica, São Luís e Cachoeira constituem-se em lugares de aprendizado acerca dos cultos aos voduns e orixás. Ao mesmo tempo em que Kehinde se dedicava ao seu treinamento como vodunsi, as coisas iam acontecendo em Salvador, movimentando as vidas de todos que se relacionavam com ela. Alberto, como já referido, entrega-se aos vícios e desaparece após a venda de Omotunde. Os negócios de Tico e Hilário, amigos que tanto a ajudaram, prosperavam, enquanto Esméria, figura materna que ocupa o espaço deixado pela morte de sua avó, vai envelhecendo, tendo consciência de que sua morte se aproximava.

Posteriormente, Kehinde muda-se para o Rio de Janeiro em sua busca por Omotunde, onde faz novos amigos, como a dona Balbiana e o Piripiri. Trabalhou como quituteira e no comércio de tecidos africanos, interagindo e ficando informada através do contato com pessoas de vários cantos daquela cidade.

Os contatos com os amigos que havia deixado na Bahia continuavam por meio de cartas, mas carregavam “mais desabafos do que notícias, e principalmente as minhas descrições sobre São Sebastião, que a sinhazinha adorava ler” (GONÇALVES, 2017, p. 703). Entretanto, o surgimento de uma pista, com a confirmação de que Alberto havia levado “um mulatinho” para um batizado na Ilha de Itaparica, reacendeu a esperança. Maria Clara e José Manoel foram responsáveis por esse momento de alegria, pois:

finalmente recebi não uma simples carta, mas uma caixinha de presente com a sua certidão de nascimento, o nome e a morada do negociante que tinha comprado você das mãos do seu pai, o nome do navio em que você tinha embarcado para São Sebastião e a data, mais o nome e a morada de três comerciantes que poderiam ter recebido você (GONÇALVES, 2017, p. 705).

Esse momento representa um deslocamento na concepção que Kehinde tinha sobre o significado do batismo, pois o registro, escrito em papel, foi o que lhe deu a

esperança de encontrar seu filho. Mesmo batizado no catolicismo, porém, seu filho, para ela, “sempre será Omotunde Adeleke Danbiran, o nome com o qual eu te apresentei aos seus parentes no sítio do Baba Ogumfidity” (GONÇALVES, 2017, p. 705).

O resultado dessa busca não foi satisfatório, já que seu filho não foi encontrado. Embora houvesse se deslocado do Rio de Janeiro para Santos, São Paulo e Campinas, estava sempre atrasada, pois quando chegava a algum lugar por meio das pistas descobertas, Omotunde já havia partido. Descobriu, inclusive, que ele aprendera a ler e tinha encontrado documentos com seu senhor, numa hospedaria em São Paulo, atestando que havia nascido livre, o que motivou sua fuga e o conseqüente fim das buscas de Kehinde, pois não havia mais um lugar fixo para procurá-lo.

De volta a Salvador, a expectativa de encontrar o filho deu lugar ao desejo de retornar à África, motivada pelos constantes sonhos com antigos familiares e amigos que havia deixado no continente africano e na travessia do oceano. O deslocamento era inevitável, já que sua personalidade não aceitava a imobilidade. Kehinde saiu de Salvador “a vinte e sete de outubro de um mil oitocentos e quarenta e sete e [desembarcou] em Uidá a vinte e dois de novembro, no mesmo local de onde tinha partido trinta anos antes”. (GONÇALVES, 2017, p. 731).

Contudo, nesse seu retorno, Kehinde já não era a mesma que havia saído em um navio negreiro no porto de Uidá. Muitos aspectos socioculturais do Brasil oitocentista foram internalizados por ela, que até então resistia em utilizar o nome Luísa diante de outros negros, e passou a incorporar essa identidade enquanto brasileira retornada. Dentro da relação existente entre a história e a ficção, a narrativa apresenta também intrigantes deslocamentos identitários.

Esses deslocamentos corroboram a ideia de que o mito de Luiza Mahin está sendo relativizado pela escrita ficcional, reafirmando, como citado anteriormente, a humanização das ações e do caráter psicológico da personagem em questão. Um exemplo que pode ser citado é a associação de Kehinde ao negócio de armas, já em território africano. Ela tinha consciência de que a venda de armamentos estimularia o tráfico negreiro, reduzindo a vida de inúmeras pessoas livres à condição de escravizadas, tendo destino tão cruel ou até pior que o seu. Mas não questiona o seu companheiro, responsável pela sua entrada nessa atividade mercantil:

[John] Conseguiu vender minhas mercadorias em Freetown sem nenhuma dificuldade, e se tivesse mais também teria vendido, e usou o dinheiro para comprar pólvora e armas dos ingleses, principalmente as famosas espingardas de Birmingham, que estava negociando em Uidá com representantes do rei Guezo, com os quais se encontraria no dia seguinte. Tinha usado dinheiro dele também para adquirir uma boa quantidade, e teríamos um excelente lucro, mas estava com medo de que eu não concordasse com aquele tipo de comércio. Comentei que provavelmente eu não teria coragem de comprar armas e pólvora, mas se ele garantia que era um bom negócio e que a venda estava garantida, por mim estava tudo bem (GONÇALVES, 2017, p. 759).

Apesar de constranger-se, sua fala não deixa dúvidas quanto ao seu objetivo: lucrar e estabelecer-se como negociante de sucesso, ainda que vidas de africanos fossem ceifadas no denominado “comércio de carne humana”:

Às vezes eu ficava um pouco estrangida por me relacionar com mercadores de escravos, mas logo esquecia, já que aquele não era problema meu. Eu não conseguiria resolvê-lo mesmo se quisesse, e também não poderia ficar com muitos escrúpulos depois de fornecer armas para o rei Guezo, sabendo que seriam usadas em guerras que fariam escravos, quase todos mandados para o Brasil. Muitas vezes vi passar os exércitos tribais ou os reais, indo para as guerras ou voltando delas (GONÇALVES, 2017, p. 771).

Posteriormente, Kehinde abandona essa atividade, dedicando-se ao ramo da construção civil, o que não minimiza o fato de ter lucrado com a desgraça alheia. Essa dicotomia salta aos olhos do leitor, pois revela que ela tem muitas virtudes, mas também tem seus defeitos. Destaca-se a seguinte passagem na qual a personagem reflete sobre sua condição enquanto negociante de armas:

Como bem dizia o Fatumbi, infelizmente a vida era assim mesmo e cada um que cuidasse de si, já que diretamente eu não estava fazendo mal a ninguém. Se eu não vendesse as armas, outras pessoas venderiam e as guerras iam continuar existindo, como sempre tinham existido. Eu só não tinha coragem de comprar e vender gente, porque já tinha sentido na pele como era passar por tal situação, embora muitos retornados fizessem isso sem remorso algum. Mas o comércio com armas, que só era menos lucrativo que o de escravos, eu e o John fizemos por um bom tempo, enquanto buscávamos outros tipos de negócio (GONÇALVES, 2017, p. 771).

Os deslocamentos identitários também são percebidos em relação aos africanos que fizeram a viagem de retorno ao continente africano. Eles não se identificavam com as pessoas que ali permaneceram,

faziam questão de se afastar ainda mais dos selvagens conversando sempre em português e dizendo que não cultuavam mais os deuses dos africanos, que professavam a fé dos brancos, o catolicismo. Gente que, no Brasil, provavelmente tinha orgulho de não se submeter à religião católica e fazia questão de conversar em línguas de África, como forma de dizer que não tinha se submetido aos brancos, mas que, de volta à terra, negava esses costumes (GONÇALVES, 2017, p. 757).

Stuart Hall (2006, p. 13), ao discutir o conceito de identidade, salienta que:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Os negros retornados à região da Costa da Mina não eram considerados africanos, mas “brasileiros”. Qualquer pessoa que chegasse em Uidá vinda deste lado do Atlântico e falasse uma ou outra palavra do idioma português era considerada brasileira:

Comerciantes portugueses, de escravos ou não, também eram considerados brasileiros, junto com suas mulheres africanas ou retornadas e seus filhos mulatos, legítimos ou não. Alguns capitães de navios de qualquer nacionalidade, desde que falassem português, também eram considerados brasileiros, assim como os escravos africanos que pertenciam a essas pessoas e aprendiam os hábitos dos brancos, todos eram considerados brasileiros (GONÇALVES, 2017, p. 773).

Segundo Law (2002, p. 42), a origem de uma comunidade “brasileira” em Uidá é associada ao traficante de escravos Francisco Felix de Souza:

[ele] fundou um novo bairro no sudoeste da cidade, depois chamado de 'Brasil [Blézin]', habitado por sua numerosa família, escravos e clientes livres. O bairro 'brasileiro' em Uidá foi também reforçado pelo estabelecimento de libertos de origem africana (principalmente iorubá), que retornaram do Brasil para se fixarem em Uidá a partir de 1835, criando, sob a patronagem de Souza, o bairro chamado Maro, adjacente, a oeste, ao bairro 'Brasil' (LAW, 2002, p. 42).

De acordo com o historiador Flávio Gonçalves dos Santos (2013 p. 23):

o intenso comércio, a possibilidade de fazer fortuna e a conjuntura desfavorável na Bahia para escravos e libertos, principalmente após a Revolta dos Malês, em 1835, são elementos que explicam o movimento de retorno e de constituição de uma comunidade de 'brasileiros' no Golfo do Benin.

Muitas tradições culturais e religiosas foram levadas para a África pelos retornados. Kehinde, dessa forma, continuou deslocando-se entre personagens e contextos fictícios e reais após seu retorno, participando da vida social dessas novas e antigas comunidades. Após trabalhar como negociante de armas, investiu no ramo da construção civil, construindo, em Uidá, casas que lembravam os sobrados típicos de

Salvador. Muitas festas de louvor aos santos católicos também foram levadas para o Daomé pelos “brasileiros”.

Tal iniciativa demonstrou o estranhamento dos africanos que atravessaram o Atlântico à cultura dos que permaneceram na África. Os Daometanos também não consideravam os retornados como seus iguais, o que causa surpresa em Kehinde quando ela percebe que a quantidade de brasileiros em Uidá era maior do que imaginava. Muitas festas religiosas foram levadas para Daomé, o que colaborou para o processo de hibridização que fundiu aspectos de diversas culturas africanas aos festejos que homenageiam os santos católicos.

### **Considerações finais**

A personagem Kehinde, ao deslocar-se entre pessoas que ficaram na África e as que retornaram após a experiência diaspórica nas Américas, estabeleceu-se, assim, como mediadora dos contatos e conflitos socioculturais entre esses segmentos das populações, principalmente de Uidá e de Lagos. Considerando a experiência de Kehinde na diáspora africana, fica nítida a ideia de que seus deslocamentos não pararam, mesmo quando de seu retorno à África. Ela casou-se, mas não com um daometano. John, seu novo companheiro, era natural de Freetown, Serra Leoa, e trabalhava para um inglês, praticando comércio nos dois lados do Atlântico. Com ele, teve dois *ibêjis*<sup>6</sup>, Maria Clara e João, filhos que, quando crescidos, foram estudar na França.

Sujeita, como visto, essencialmente hibridizada, Kehinde não se adequava ao ambiente social em que estava inserida, mesmo com o sucesso de seus empreendimentos na África. Seu êxito contrastava com a precariedade da vida de seus amigos africanos, pois os retornados normalmente conseguiam mais sucesso devido ao aprendizado adquirido no exílio forçado.

Os deslocamentos em *Um defeito de cor* também confrontam a concepção de existência de uma “mãe África”, uma terra que aguardava de braços abertos o retorno de seus filhos aprisionados e levados como cativos para o outro lado do oceano. Tanto Kehinde quanto outros libertos, afinal, decepcionaram-se com o que viram ao voltarem para o continente africano:

Eu não me lembrava muito bem da África que tinha deixado, portanto, não tinha muitas expectativas em relação ao que encontraria. Ou talvez, na época, tenha pensado isso apenas para me conformar, porque não gostei nada do que vi. Nem

---

<sup>6</sup> Filhos gêmeos.

eu nem os companheiros de viagem que estavam retornando, como o Acelino e o Fortunato, que se lembravam de um paraíso, imagem bem distante da que tínhamos diante de nós (GONÇALVES, 2017, p. 731).

Esse desapontamento pode ser representativo de outros africanos retornados, já que muitos não encontraram seus familiares e antigos lares, visto que estes também eram vítimas dos desdobramentos das guerras e conflitos étnicos patrocinados pela empresa escravista.

A trajetória de Kehinde, dessa maneira, vai ao encontro dos deslocamentos existentes entre a história e a ficção. Esses deslocamentos fizeram emergir vozes que foram silenciadas, cujos testemunhos dizem respeito não apenas à luta dos negros no passado, mas também sobre seus desdobramentos no tempo presente, o que demonstra a existência de um diálogo da obra de Gonçalves com as demandas sociais da atualidade. De igual modo, propuseram a reescrita da história pelo ponto de vista dessas pessoas, fundamentada pela experiência e memória de quem sobreviveu e sentiu na pele a escravidão, bem como questionaram os registros e discursos ditos oficiais acerca da formação do povo brasileiro.

Compreende-se também que os deslocamentos na obra de Ana Maria Gonçalves colaboram para a revisão crítica acerca do escravismo no Brasil e para o entendimento dos processos de hibridização na diáspora africana. O romance *Um defeito de cor*, desse modo, revisita o passado sem medo de questioná-lo. Essa relação, entretanto, não acontece por meio da negação da história, mas pela escolha de uma abordagem que privilegia características próprias da literatura afro-brasileira: a temática escolhida (escravidão/diáspora africana), a autoria (feminina negra), o ponto de vista (o olhar da mulher negra acerca da história), e uma linguagem que não deprecia, menospreza ou ignora a população brasileira afrodescendente.

## Referências

AÍNSA, Fernando. Nueva novela histórica y relativización transdisciplinaria del saber histórico. In: *América: Cahiers du CRICCAL*, Paris, n. 14, vol. 2, 1994, p. 25-39; Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/ameri\\_0982-9237\\_1994\\_num\\_14\\_1\\_1148](https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1994_num_14_1_1148)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BERGAMINI, Atilio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. *Leitura: teoria e prática*, v. 35, n. 71, p. 115-136, 2017.

COSSON, Rildo; SCHWANTES, Cíntia. Romance Histórico: as ficções da história. In: *Itinerários*, Araraquara, v. 23, p. 29-37, 2005.

DAVIS, Angela. *Mujeres, raza y clase*. 2. ed. Traducción de Ana Varela Mateos. Madrid: Akal, 2005.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 8-9, p. 300-321, 2008.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 14. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneque; SILVA, Marisa Correa. Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica. In: CELLI – Colóquio de estudos linguísticos e literários, 3, Maringá, 2007. In: *Anais do III CELLI – Colóquio de estudos linguísticos e literários*. Maringá, 2009, p. 740-748.

LAW, Robin. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 41-77, 2002.

LOPES, Juliana Serzedello Crespim. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837-1838)*. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008.

LOPES, Rodrigo Smaha. FLECK, Gilmei Francisco. Romance histórico: outra via de inteligibilidade sobre o passado. *Diálogo e intelecção*, Cornélio Procópio, v. 11, n. 1, p. 91-102, 2017.

OLIVEIRA, Alexandre; et. al. *Deslocamentos críticos*. São Paulo: Babel/Itaú Cultural, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. In: *História da educação*. ASPHE/FaE/ UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O Poder dos Candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador: Eufba, 2009.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Economia e cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937*. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, Daiana N. El océano como espacio de confabulaciones identitarias con Um defeito de cor. In: *El océano de fronteras invisibles: relecturas históricas sobre (¿)el fin?*



de) la esclavitud en la novela contemporánea. Madrid: Verbum, 2015, p. 164-200. (Colección Ensayo).

SILVA, Daniel Afonso da. Na trilha das “garrafadas”: a abdicação de D. Pedro I e a afirmação da identidade nacional brasileira na Bahia. *Análise social*, v. 57, n. 203, p. 268-297, abr./jun. 2012.

VERGER, Pierre. Uma rainha africana mãe de santo em São Luís. *Revista USP*, n. 6, p. 151-158, ago. 1990.

*Recebido em: 02/06/2020*

*Aprovado em: 28/07/2020*